



Pedro Lincoln C. L. de Mattos¹

plincoln@hotmail.com.br

É POSSÍVEL PESQUISA DE QUALIDADE CIENTÍFICA, FORA DE ESTRUTURAS ACADÊMICAS?

Não é difícil mostrar (e reconhecer) que a instituição-ciência acontece em um ambiente social específico que tem sido denominado “academia”. No século passado, a academia tornou-se uma profissão no sentido próprio e sociológico da expressão, que inclui a presença de características de identidade grupal. Supõe-se que há uma academia de administração em formação no Brasil, que se constitui a partir de congêneres no país e no exterior, com elas tendo em comum a reivindicação do status social e epistemológico de “ciência”. Sua atividade de inserção econômica e institucional é a formação regular de pós-graduação universitária. Enquanto isso, a administração como atividade profissional e campo de conhecimento de alguma forma cultivado é anterior, muito mais ampla e diversificada que a “comunidade” de praticantes da pesquisa sistemática na área. Há institutos governamentais de estudo e planejamento da gestão, inúmeros centros de treinamento em organizações públicas e privadas e cursos ou faculdades de formação profissional em administração, além de empresas de consultoria de grande porte. Estas entidades “de conhecimento” cercam diretamente as organizações e profissionais da administração e estariam em condições de refletir o tipo de saber realmente demandado e desenvolver competência para produzi-lo bem. A “hierarquia epistemológica” vigente, contudo, parece organizada para colocar a ciência no topo do saber qualificado, de modo que a academia de administração teria o apanágio do conhecimento “de qualidade”, o científico, na área; estaria, de certa forma, tanto na vanguarda do saber quanto seria o núcleo garantidor da qualidade contra superficialidades, modismos e charlatanismos. Seria a guardiã da metodologia segura de conhecimento – tudo em nome e “por delegação” da ciência. Que ciência? Ora – responderá o consenso vigente – a ciência moderna, que se desenvolveu promovendo o sucesso da sociedade industrial e é a reserva do único conhecimento objetivo e o mais seguro hoje à disposição. Mas quando recordamos seriamente a crise de fundamentos da sociedade moderna entendemos que aquela hierarquia epistemológica se dilui na liquidez dos antigos princípios metafísicos perenes e dos valores que orientavam o conhecimento legitimado. A sociedade e os motivos do conhecimento estão difratados e tudo é posto em termos e limites históricos e sociais. De volta, abrem-se perguntas novas, como já vêm ocorrendo sobre a ciência e a cientificidade. O apanágio do melhor conhecimento na área de administração é, no mínimo, uma questão aberta. Nesse espaço é que se insere a pergunta título desta comunicação: “É possível pesquisa de qualidade científica, fora de estruturas acadêmicas?”. Nela, o conceito “qualidade científica”, adiante explicado, não se prende ao de cientificidade, que é duvidoso; compreende-se por “estruturas acadêmicas” tanto as sociais e institucionais quanto as de práticas metodológicas. O interesse final da pergunta está em, possivelmente, estabelecer a diversidade de critérios de saber teórico, metodológico e prático, válido em administração, **pela pesquisa**, e assim caminhar para saudável diálogo entre diferentes instituições de conhecimento nesta área. (Note-se que ao firmar tal saber, nada precisaria mudar no método acadêmico, mas talvez muito na atitude

¹ Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

acadêmica.) Isto fica no horizonte da presente investigação teórica, não no seu objetivo, o qual é de organizar uma discussão sobre duas questões pressupostas àquele interesse: a) sim ou não à unidade e universalidade normativas da pesquisa científica? b) fundamentação metafísica ou justificação social para a qualidade diferenciada daquela prática de pesquisa? Ao adotar o “não” para a primeira destas perguntas e ver a justificação social na raiz da diferenciação buscada pelos praticantes de pesquisa científica, aqui se estará sugerindo resposta afirmativa à pergunta-título. As duas questões se entrelaçam e se respondem em argumentação histórica. É inevitável reconhecer que a consolidação do modelo monolítico da ciência moderna se deu pelo triunfo econômico da industrialização, que a legitimou socialmente, e pelas “bases sólidas” da verificação empírica e da metafísica kantiana que a firmaram epistemologicamente. Nesta, a existência de uma espécie de forma de pensar “natural” e inevitável (“transcendental”) do ser humano ancorava as fontes da certeza e explicava o sujeito e os limites do conhecimento objetivo. Entre a filosofia positivista de Saint Simon e o ambiente intelectual da “gaiola de ferro” em que se sentiu Weber, o Século XIX viu o apogeu daquele monolitismo. Ao longo do Século XX, a idéia de “unidade da ciência” foi uma tese cuidadosamente elaborada pelo Empirismo Lógico, depois em declínio, mas a representação social da ciência, responsabilizada por êxitos e tragédias que transformaram a humanidade naquele século, é que promoveu, na comunicação de massa e nas instituições públicas, certo conteúdo unificado: a ciência é um “núcleo duro” formado pela física, química e biologia, em torno do qual se multiplicaram ramificações, interseções e aplicações. De toda essa tradição de conhecimento e de seu método seria herdeira legítima e exclusiva a “comunidade científica” ou acadêmica. Enquanto isso, no entanto, nos ambientes de crítica filosófica e sociológica, a desestabilização daquele modelo unificado acontecia por etapas ou golpes, surgindo daí um novo lugar para a ciência empírica, agora re-conceituada em um contexto de pluralismo cultural e axiológico. O caráter histórico e social da ciência e o resultado desfavorável de alguns debates epistemológicos têm uma consequência: em vez de se falar de “fundamentação” da ciência – como se estivesse apoiada em alguma instância segura além dela (como pretenderam o kantismo e o positivismo lógico) – deve-se falar em “justificação”, uma qualidade social do discurso. Não há nenhuma virtude intrínseca ao método científico da observação e experimentação controladas que lhe conferisse, de si, superioridade epistemológica e acesso privilegiado a uma “natureza” “lá fora”. Contudo, por terem mantido sempre duas características, as tradições da ciência se mostraram suficientemente aceitas e subsidiadas nos meios sociais em que se apresentaram como saber diferenciado do senso comum referente: a) conseguir criar linguagem específica, internamente coerente e com a qual teciam argumentação intersubjetivamente reconhecível e defensável segundo critérios vigentes; b) conseguir resultados e soluções socialmente desejados em seu tempo. Na linguagem objetiva (“a”) e no pragmatismo (no sentido amplo do termo, como em “b”), repousa a “qualidade científica”. Por que seriam estas qualidades privativas de estruturas (sociais e metodológicas) acadêmicas?

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia da administração; qualidade científica; pesquisa em meios profissionais; academia de administração.